

**18 AGO 2011**

**FOLHA DE LONDRINA  
FORA DAS GRADES**

# **Paraná tem mais de 6 mil condenados foragidos**

Falta de efetivo policial e de investimentos em infraestrutura dificultam o cumprimento de mandados de prisão. Principal falha ocorre no regime semiaberto, que tem cerca de 2,4 mil pessoas detidas, enquanto 5,4 mil não estão cumprindo pena.

18 AGO 2011

FOLHA DE LONDRINA

# Paraná tem mais de 6 mil condenados foragidos

## Falta de efetivo policial e de investimentos em infraestrutura dificultam o cumprimento de mandados de prisão

**Londrina** - O número de mandados de prisão não cumpridos referentes a condenados ao regime semiaberto no Paraná corresponde a mais que o dobro (110%) dos que cumprem pena neste regime. De acordo com dados do Sistema Penitenciário, há 5,4 mil condenados que não estão cumprindo pena, enquanto a estatística mais recente da população carcerária do Estado (feita em 2009), aponta para um total de 2,4 mil pessoas detidas no regime semiaberto. No caso do regime fechado, o número de condenados considerados foragidos é menos preocupante: 1,3 mil, para uma população carcerária de 11,7 mil pessoas.

Entre os muitos foragidos do Paraná está o londrinense Marcos Panissa, que há 22 anos – completados no último dia 6 – assassinou a facadas a ex-companheira Fernanda Estruzani. Réu confesso do crime, Panissa já foi julgado três vezes (a última em 2008, quando foi condenado a 21 anos e seis meses de detenção), mas nunca foi preso.

O alto número de mandados não cumpridos no Estado refletiu a dificuldade encontrada pela polícia de localizar e fazer a captura dos foragidos. Entre as causas desta dificul-

dade, na opinião do advogado criminalista e presidente do Conselho Penitenciário do Paraná, Dálio Zippin Filho, está a falta de investimentos no aparelhamento da polícia. “No estado de São Paulo, por exemplo, já foram instaladas centrais especializadas em expedição de mandados de prisão e em alvarás de soltura. Tudo é feito on-line, de maneira integrada, o que agiliza e garante a eficiência do serviço”, argumenta Zippin Filho.

O advogado afirma, porém, que além de garantir o cumprimento dos mandados, é preciso investir cada vez mais nas penas alternativas, que fazem do condenado alguém útil à sociedade, e não “um peso morto”. Para ele, a privação da liberdade traz mais malefícios do que benefícios à sociedade e ao próprio condenado. “Um preso custa de R\$ 3 mil a R\$ 4 mil por mês nas penitenciárias estaduais, para sair pior do que entrou. As penas alternativas são aplicáveis a 90% dos crimes, que são aqueles de menor potencial ofensivo”, diz o presidente do Conselho Penitenciário.

### Falta efetivo policial

A principal explicação para tantos mandados em aberto, segundo a própria Polícia Civil, está na falta de efetivo. A assessoria de imprensa do

órgão informa que o número de presos nas delegacias, sob responsabilidade de policiais civis, atualmente é de aproximadamente 15 mil, o mesmo contingente de detidos nos presídios paranaenses. O número de agentes penitenciários no Estado também assemelha-se ao de policiais civis – 3,5 mil. A diferença é que enquanto os agentes têm função bem definida, os policiais têm que se dividir entre os cuidados com os presos e os trabalhos de investigação, aos quais estão relacionados os cumprimentos dos mandados de prisão. Além desta sobrecarga de trabalho, os policiais civis estão sujeitos, pelo menos no início da carreira, a salários inferiores aos dos agentes.

A esperança é que o problema seja amenizado com a contratação em regime de urgência de 670 policiais aprovados para o cargo de investigador no último concurso da Polícia Civil, promovido no ano passado, e realização de concurso para preenchimento de 40 vagas de delegados. A medida foi anunciada na última terça-feira pelo governador Beto Richa e pelo secretário da Segurança Pública, Reinaldo de Almeida César, durante lançamento do Programa Paraná Seguro.

**CONTINUA**

# 18 AGO 2011

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

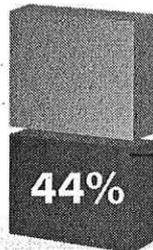
Com o reforço, todas as comarcas do Paraná passarão a contar com delegado de Polícia. Atualmente 70% dos municípios paranaenses não contam com delegado. O Paraná Seguro prevê ainda a contratação, até 2014, de mais 6 mil policiais militares, outros 360 delegados, 600 escrivães e 530 investigadores para a Polícia Civil, além de 300 papiloscopistas para o Instituto de Identificação. Também haverá o preenchimento dos cargos vagos no IML e no Instituto de Criminalística.

### FORAGIDOS

#### Números da segurança pública

##### PARANA

Há **5,4 mil** mandados de prisão em aberto no regime semiaberto



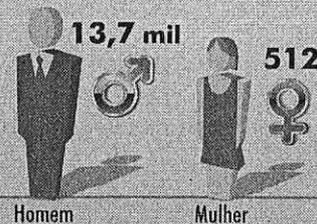
Com **2,4 mil** detidos



■ Há **1,3 mil** mandados de prisão não cumpridos no regime fechado, para um universo de **11,7 mil** detidos

■ Em 2009, a população carcerária (que cumpre pena em penitenciárias) do Estado era de **14,2 mil** pessoas,

■ Nas delegacias, há atualmente cerca de **15 mil** presos, dos quais **5 mil** já condenados



■ No Brasil, o número estimado de mandados de prisão pendentes é de **200 mil**



**FOLHA DE LONDRINA**  
**CONTINUA**

# **Banco nacional de mandados deve facilitar captura**

**18 AGO 2011**

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), regulamentou no mês passado a criação do Banco Nacional de Mandados de Prisão, instituído pela Lei 12.403/11 (Lei das Medidas Cautelares). Conforme a decisão, os tribunais estaduais têm, agora, o prazo de seis meses para regulamentar, cada um, o seu próprio banco de mandados de prisão, que, uma vez alimentado pelos juízes, automaticamente repassará as informações ao banco nacional. A ideia é que, ao final destes seis meses, qualquer pessoa – tanto civil como autoridade policial – possa consultar na internet quem são os acusados de crimes considerados foragidos pela Justiça brasileira.

Outra mudança prevista é a possibilidade de cumprir os mandados de prisão em qualquer lugar do País. Anteriormente, eles só podiam ser cumpridos em uma determinada comarca ou por meio de solicitação. Acredita-se que a implantação do banco (resultado de alteração no Código de Processo Penal) facilite a captura dos procurados e garanta maior segurança às autoridades policiais no momento da execução de um mandado.

De acordo com informações repassadas pela assessoria de imprensa do CNJ, o órgão está finalizando os testes de transmissão dos dados de mandados com alguns tribunais. Somente após estes primeiros testes de funcionamento será possível disponibilizar o sistema à população na internet.

Quanto ao risco de exposição indevida de pessoas que tenham recebido mandados de prisão preventiva ou temporária e que, ao final do processo, sejam julgadas inocentes, o CNJ lembra que a legislação brasileira prevê tais hipóteses de prisão como legais, e que a consulta pública ao BNMP será apenas dos mandados de prisão enquanto não cumpridos. Não será possível acessá-los após a realização da prisão, nem promover alteração da situação do mandado para cumprido. Trata-se de um caso, segundo a assessoria do Conselho, em que a lei preferiu prestigiar o direito da sociedade de buscar mais segurança, por meio da facilitação do acesso à informação da existência de mandados de prisão em aberto contra determinada pessoa, em relação ao direito à privacidade pessoal.

O CNJ diz não possuir estimativas sobre o número de mandados de prisão pendentes no Brasil, alegando que esse controle, até a edição da Lei 12.403, era feito por órgãos como Polícia Federal, Polícia Civil e Secretarias de Segurança Pública. Segundo informações divulgadas à época da regulamentação do BNMP, porém, existem aproximadamente 200 mil mandados em aberto no País. (S.L.)

**CONTINUAÇÃO**

# FOLHA DE LONDRINA

CONTINUA

18 AGO. 2011

## Ex-foragido é suspeito no caso Rachel

**Londrina** - A polícia de Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), prendeu no último dia 11, o pedreiro Valdevino Predozo da Silva, de 54 anos, que possui três mandados de prisão e é suspeito pelo assassinato de Rachel Maria Lobo Oliveira Genofre, de 9 anos, encontrada morta em uma mala na Rodoferroviária de Curitiba, no dia 4 de novembro de 2008. Ele estava foragido há 11 anos.

Silva foi preso na própria residência, em São José dos Pinhais (RMC), onde vive com a esposa e um filho de 9 anos. Segundo informações divulgadas pela Secretaria de Estado de Segurança do Paraná (Sesp), através do site do Centro de Operações Policiais Especiais (Cope), Valdevino tem grande semelhança com o retrato falado do assassino de Rachel.

O caso chocou todo o País e gerou uma série de protestos. Nos últimos três anos, cerca de 100 suspeitos passaram por exames de DNA, dos quais Valdevino também será submetido. Segundo a delegada adjunta do Cope, Vanessa Alice, os resultados devem ficar prontos dentro de um prazo de 15 a 30 dias.

De acordo com informações da Delegacia de Piraquara, Valdevino possui três mandados de prisão, sendo um por fuga da Colônia Penal Agrícola desde 2000, onde cumpria pena por um homicídio cometido no interior do Estado e outros dois por estupro

contra as próprias filhas, há 10 anos. Uma das filhas engravidou do pedreiro.

A delegada do Cope esclareceu que todo pedófilo é, a princípio, um suspeito para a Polícia, já que nesses quase três anos o crime continua um mistério. "Não paramos de trabalhar nesse tempo todo, e qualquer suspeita tem que ser apurada", disse ela, lembrando que Valdevino assemelha-se apenas ao retrato falado feito em preto e branco. "Ele não tem, por exemplo, os olhos claros e a mesma cor da pele do retrato feito em cores." Só este mês Vanessa já requisitou outros "quatro ou cinco" exames de confronto de DNA, na tentativa de chegar ao assassino de Raquel.

Valdevino está detido no Centro de Triagem II em Piraquara, até os resultados dos exames comprovarem ou não se o seu material genético é o mesmo encontrado na menina.

### Crime ocorreu no retorno da escola

**Londrina** - Rachel Genofre desapareceu no final da tarde de uma segunda-feira, no trajeto entre o Instituto de Educação do Paraná, no centro de Curitiba, e a Praça Rui Barbosa, onde sozinha pegava o ônibus em direção à Vila Guaira, bairro em que morava com a mãe. Filha de pais separados, era a única filha do casal e não tinha irmãos. A mãe de Rachel, Maria Cristina Lobo Oliveira Genofre, estranhou a demora da menina na volta da escola. Depois de quase duas horas de espera, entrou em contato com a polícia.

Na madrugada do dia seguinte, por volta da 1 hora da manhã, uma família de Ortigueira (113 km ao sul de Apucarana), que utilizava a Rodoferroviária de Curitiba para dormir e se acomodava abaixo de uma das escadas do local, encontrou junto a seus pertences uma mala. Quando a família tentou afastar o objeto de perto de sua bagagem, achou a mala mais pesada que o convencional e chamou os fiscais da Rodoviária. Ao abrirem a mala, encontraram o corpo da menina.

O corpo de Rachel estava enrolado em uma sacola plástica e em um lençol verde. A menina vestia apenas a camiseta do uniforme e apresentava sinais de estrangulamento e violência sexual.

# MAZZA FOLHA DE LONDRINA

## Quem é cassado?

O Valdir Rossoni quer que o vereador João Cláudio Derosso se afaste do PSDB para não contaminar o partido. Como se vê tarefa de purificação não é apenas exclusividade do PPS, aquele do voto limpo, mas que não vê as coisas da Urbs. Mas um setor do Ministério Público quer cassar o diploma do Valdir Rossoni por ter pago mais de R\$ 70 mil em grana viva nas contas eleitorais quando houve, uma semana antes, decisão unânime do TRE atingindo um suplente do PV por causa de manobra equivalente.

Aliás, ainda na primeira instância, corre um processo sobre a dissidência do PRTB e que foi flagrada pelas câmeras de tv partilhando grana ao vivo no grupo vencedor, o que coloca o mandato do prefeito Luciano Ducci sub-judice. É uma bela miniatura do chuncho distrital de Brasília, só que lá o dinheiro não era insignificante como aqui.

## Jefferson

E que tal se o Derosso, de repente, não mais que de repente, contar tudo o que sabe sobre os radares, a Consilux (aquela que admitiu no Fantástico mexer nos registros para salvar clientes), a Cavo, o transporte coletivo, enfim abrir a imensa bolsa de Pandora? Os que torcem contra o governo acreditam que a síndrome de Roberto Jefferson que detonou Zé Dirceu e os mensaleiros pode entrar em cena. Jefferson sabia que corria o risco do sacrifício e achou que valia a pena. Para o país foi maravilha: a bandeira da ética, tida como um monopólio do PT, virou pano de chão.

## DORA KRAMER

### Êxodo

Nunca tantos ministros do Supremo Tribunal Federal ficaram tão pouco tempo na função que, pela lei, poderiam exercer até completarem 70 anos de idade.

Nos últimos tempos já pediram aposentadoria antes do prazo regulamentar Nelson Jobim, Eros Grau e Ellen Gracie. Celso de Mello e Marco Aurélio Mello são agora os únicos dos 11 ministros que não foram indicados pelo ex-presidente Lula.

Marcó Aurélio seria a estrela solitária se Celso de Mello, o decano, tivesse feito o que disse amigos o ano passado quando manifestou desejo de sair.

## CLÁUDIO HUMBERTO

### Dono de ilha na Bahia era investigado há 4 anos

O empresário, ex-deputado estadual e ex-“cartola” do futebol baiano Marcelo Guimarães, dono da ilha cinematográfica confiscada ontem pela Polícia Federal na Operação Alquimia, foi alvo de outra operação, a Jaleco Branco, da mesma PF, em 2007, contra fraudes em licitações públicas. O processo do Ministério Público Federal foi suspenso pelo Superior Tribunal de Justiça. Marcelo Guimarães tinha consultoria e contratos no governo federal para limpeza urbana e segurança.

# 18 AGO 2011

## Justiça condena vereador de Apucarana

A juíza da 179ª Zona Eleitoral de Apucarana, Márcia Pugliesi Yokomizo, condenou o vereador Aldivino Marques Neto por propaganda eleitoral antecipada. Conhecido como Val, o vereador foi responsabilizado por distribuir um informativo, considerado como propaganda eleitoral antecipada. Ele vai recorrer da decisão. “Não foi propaganda antecipada. Essa é uma prática muito usada por deputados e senadores. O vereador não consegue prestar contas para a sociedade do que a gente faz, e todo mundo fala que vereador não faz nada”, disse. O informativo, segundo ele, servia para convidar a população a participar de uma audiência por conta de uma licitação do transporte coletivo.

18 AGO 2011

## FOLHA DE LONDRINA

# Quatro são condenados por vazamento da prova do Enem

**São Paulo** - A Justiça Federal condenou quatro dos cinco envolvidos no vazamento do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2009. Felipe Pradella, apontado como mentor do vazamento pela Polícia Federal, foi condenado a cinco anos e três meses de reclusão por violação de sigilo funcional e corrupção passiva. Pradella, que era funcionário do consórcio responsável por imprimir a prova, porém, foi absolvido da acusação de ter tentado extorquir Renata Cafardo, então jornalista do jornal "O Estado de São Paulo", a quem havia tentado vender a prova.

Filipe Ribeiro e Marcelo Sena, também ex-funcionários do consórcio, foram condenados a quatro anos e seis meses pelos mesmos crimes. Já o DJ Gregory Cammilo, acusado de intermediar o contato com a imprensa para vender a prova, foi condenado a dois anos e quatro meses de reclusão, mas sua pena foi substituída por prestação de serviço comunitário. Lucas Rodrigues, que era dono de uma pizzaria nos Jardins, foi absolvido.

# 18 AGO 2011

## GAZETA DO POVO

### JUSTIÇA

Empresário é condenado por colocar na internet fotos íntimas de ex-namorada

### JUSTIÇA

## Condenado por postar fotos íntimas da ex-namorada na web

#### MARINGÁ

Fábio Guillen, da Gazeta Maringá

O empresário Eduardo Gonçalves da Silva, de Maringá, foi condenado a 1 ano, 11 meses e 20 dias de detenção por injúria e difamação por ter veiculado na internet fotos íntimas da ex-namorada, a jornalista Rose Leonel, que também mora na cidade. A decisão foi divulgada ontem pelo Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná.

A pena de prisão, segundo o TJ, foi substituída por prestação de serviços comunitários e pagamento de indenização mensal durante um ano e onze meses no valor de R\$ 1,2 mil. A nova decisão judicial foi em segunda instância.

Em decorrência da exposição das fotos na internet, a ex do empresário perdeu o emprego e a guarda do filho mais velho. De acordo com informações do TJ, o casal namorou por três anos. Quando o relacionamento terminou, o empresário não teria aceitado o rompimento e, então, encaminhou as imagens por e-mail a diversas pessoas e as publicou em diferentes sites nacionais e internacionais de conteúdo pornográfico, segundo o TJ.

De acordo com a relatora do processo, a desembargado-



Diretor Portugal/Gazeta Maringá

Rose: reparação por danos morais.

ra Lilian Romero, a propagação do material pela internet alcançou aproximadamente 200 mil endereços. Ela diz ainda que na ação há provas fartas e robustas de que o empresário foi o autor da publicação das fotografias. "É um dos primeiros casos de condenação por imagens divulgadas na internet", disse o advogado da mulher, Paulo Oliver.

O advogado do empresário, Israel Batista de Moura, disse que pediu a reapreciação do caso à Justiça porque, segundo ele, a sentença é injusta. "A condenação está em recurso e a decisão é em caráter provisório. O empresário nega ter postado as fotografias na internet e a perícia ainda não concluiu que as fotos realmente foram enviadas por ele", disse o advogado.

# 18 AGO 2011

## GAZETA DO POVO

### Amapar abre Congresso Internacional

A abertura do 1.º Congresso Jurídico Internacional do Agronegócio ocorre hoje à noite, em Curitiba, no Museu Oscar Niemeyer. O evento, lançado pela Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), promete atrair especialistas, advogados, assessores jurídicos, juízes e produtores. A primeira conferência será com o vice-presidente de Agronegócio do Banco do Brasil, Osmar Dias, sobre legislação e crédito. Em seguida, a diretora executiva do Comitê Europeu de Direito Rural, Letícia Bourges, vai detalhar a proteção ao agronegócio que vigora na União Europeia. A programação de palestras sobre jurisprudência, dissolução de empresas, crédito, agronegócio e estado se concentra amanhã. As inscrições podem ser feitas pelo site [www.amapar.com.br](http://www.amapar.com.br).

18 AGO 2011

## GAZETA DO POVO

# Escuta flagrou plano de atentado à juíza

**RIO DE JANEIRO**

*Agência Estado*

Uma escuta telefônica feita em 2009 pela Polícia Federal (PF) flagrou uma conversa em que o bicheiro Luiz Anderson Coutinho discute um suposto atentado contra a juíza Patrícia Acioli, executada na semana passada em Niterói (RJ). Na ligação, o contraventor de São Gonçalo afirma que “uma bomba iria explodir” e que “a pessoa que bate o martelo iria chorar lágrimas de sangue”.

Os investigadores identificaram, na interceptação telefônica, uma possível ameaça de agressão à juíza ou a parentes. Na ligação, Coutinho afirma que “a ordem já teria sido dada por ele”. O bicheiro demonstrava “grande rancor” em relação à magistrada que, meses antes, havia decretado sua prisão preventiva.

Na ocasião, Patrícia relatou ter encaminhado o documento da PF à presidência do Tribunal de Justiça (TJ-RJ). O Ministério Público do Rio informou que a ameaça foi investigada e arquivada em outubro de 2010, pois informações posteriores apontavam “não ter procedência a ameaça relatada”.

Em outro documento, datado de 2007, a juíza afirma estar

“surpresa” com a redução de sua escolta pessoal, de três para um policial. “Não entendi o tratamento que foi dado ao caso”, escreveu a juíza. “Esta magistrada não pediu segurança porque entende que a avaliação sobre a necessidade ou não da medida não lhe cabe, mas se esta for necessária sem dúvida deve ser eficiente.”

No mesmo ano, Patrícia reclamou da substituição de um policial de sua escolta, devido à dificuldade de adaptação de suas filhas “em conviver com pessoas armadas no dia a dia”.

### Transferência

Ontem, os policiais do 7.º Batalhão de Polícia Militar que respondem a processos na Justiça foram transferidos para outras unidades. A medida de segurança, tomada após a morte de Patrícia Acioli, tem o objetivo de desarticular as organizações criminosas que atuam em São Gonçalo.

O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Nelson Caláandra, disse discordar da decisão, que classificou como ineficaz. “Acho que aqueles que estão respondendo a processos graves devem fazê-lo afastados do policiamento de rua. Não é possível que, se a pessoa é acusada de participação em um grupo de extermínio, portar fuzil ou metralhadora e sair para a rua para repetir o mesmo gesto”, declarou.

# GAZETA DO POVO

## Projeto que anula pensão de viúvas é derrubado

Katia Brembatti

A tentativa de revogar a lei que garantiu auxílio a viúvas de ex-governadores do estado foi derrubada em plenário na Assembleia Legislativa ontem. Com a justificativa de que o pagamento é inconstitucional, o deputado Professor Lemos (PT) apresentou projeto para cancelar a validade da legislação aprovada no ano passado, a qual beneficia quatro viúvas atualmente. Com encaminhamento do líder do governo, Ademar Traiano (PSDB), que pediu para a bancada não aprovar a proposta, a tentativa de revogação não alcançou a maioria simples dos votos: dez deputados votaram a favor da tramitação do projeto e 26 apoiaram o parecer da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), contra o andamento do pedido.

“Como o governo tem maioria, nem entra em discussão se o projeto é bom ou constitucional”, lamentou Lemos. Para o petista, é incoerente que o mesmo governo que determinou a suspensão das aposentadorias para ex-governadores — com o argumento de que não houve contribuição previdenciária — seja a favor do pagamento de benefícios às viúvas. O parlamentar pretende levar o caso à Justiça. Pela primeira vez o dispositivo de levar à decisão de plenário um parecer contrário da CCJ foi usado na Assembleia.

## 18 AGO 2011

### R\$24,1 mil

A pensão vitalícia para esposas de governantes que tenham ficado ao menos um ano no cargo é de R\$ 24,1 mil. As quatro viúvas que recebem o benefício no estado são: Arlete Richa, viúva de José Richa (governador entre 1983 e 1986) e mãe do atual governador Beto Richa (PSDB); Adelina Custaldi Novaes (viúva de José Hosken de Novaes); Flora Munhoz da Rocha (viúva de Bento Munhoz da Rocha); e Rosi Costa Gomes da Silva (viúva de Mário Gomes da Silva).

Sobre a aposentadoria dos ex-governadores, a legalidade está sendo analisada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

## JUSTIÇA Juiz condena 4 por fraude no Enem

A Justiça Federal condenou quatro dos cinco denunciados pelo Ministério Público Federal (MPF) por envolvimento no furto, vazamento e tentativa de venda da prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em outubro de 2009. Eles foram sentenciados a penas que variam de 2 a 5 anos de prisão pelos crimes de corrupção passiva (exigir vantagem indevida) e violação de sigilo funcional. A condenação foi dada pelo juiz Márcio Rached Millani, da 10.<sup>a</sup> Vara Federal Criminal de São Paulo. “A Justiça reconheceu o dano que esses criminosos causaram e os condenou exemplarmente”, disse o ministro da Educação, Fernando Haddad. O Ministério Público vai recorrer da decisão pedindo uma pena maior aos envolvidos.

## COLUNA DO LEITOR

### Nepotismo cruzado

Acredito que quando se trata de poder público, não deveria haver família vinculada. Não sou a favor da contratação de familiares e, assim como todos os brasileiros, gostaria de que a Constituição fosse respeitada em seu artigo 37, que prega que os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência devem ser seguidos na contratação de funcionários do serviço público.

Bruna Maciel Deconto

18 AGO 2011

GAZETA DO POVO

# MP denuncia Derosso por dano ambiental

Ministério Público  
acusava vereador de ter  
canalizado  
irregularmente um rio  
dentro de um  
empreendimento  
imobiliário de sua  
família no Xaxim

*Karlos Kohlbach*

Acusado por supostas irregularidades no comando da Câmara de Curitiba, o presidente da Casa, João Cláudio Derosso (PSDB), agora também é alvo de uma denúncia por desrespeitar a lei ambiental. O Ministério Público Estadual (MP) propôs à Justiça uma ação civil por dano à natureza contra Derosso pela canalização de um rio para viabilizar um empreendimento imobiliário de sua família na capital paranaense. O loteamento está avaliado em cerca de R\$ 40 milhões.

OMP requereu liminarmente à Justiça a suspensão imediata das obras e da venda de lotes. Também requisitou que não seja feita qualquer intervenção no terreno. A Justiça ainda não se manifestou sobre os pedidos.

Na ação, protocolada em 1.º de julho e divulgada somente ontem, o promotor Sérgio Cordoni responsabiliza o presidente da

Câmara e os demais proprietários do terreno: João Derosso e Terezinha Pietruza Derosso, pais do vereador; e a empresa Estilo Empreendimentos Imobiliários. O Instituto das Águas do Paraná, antiga Suderhsa, também foi incluído na ação porque, segundo o MP, autorizou a canalização do rio sem que tivesse autonomia para isso.

O promotor relata que os proprietários do terreno desmataram o local e canalizaram a nascente de um córrego para aproveitar o melhor terreno para loteamento. E que, até hoje, o empreendimento não está regularizado. "É inegável que a maximização de utilização do imóvel irá satisfazer interesses econômicos particulares de seus proprietários", diz um trecho da ação. Para o promotor, os responsáveis pela obra causaram danos ambientais, desrespeitando a lei ambiental, com o objetivo de aumentar o espaço útil do loteamento.

O loteamento residencial, batizado como Boulevard Club Condominium, fica no bairro Xaxim — reduto eleitoral de Derosso. O empreendimento tem 175 lotes a um custo unitário de pelo menos R\$ 230 mil.

O loteamento é dividido em três partes, segundo a ação do MP. Derosso é o que detém a maior faixa de terra. São pouco mais de 15 mil metros quadrados que pertencem

aos pais do presidente da Câmara, outros 15 mil metros quadrados da empresa Estilo Empreendimentos e os outros 45 mil metros quadrados são do vereador.

O MP pretende embargar o empreendimento por danos ambientais. Entre os pedidos do MP à Justiça estão a recuperação do curso do rio canalizado, a demolição de construções feitas em área de preservação permanente e a recomposição da vegetação. A ação tramita na 1.ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba. Antes de analisar o pedido do MP, o juiz Marcel Guimarães Rotoli de Macedo abriu espaço para contestação da família Derosso e da empresa.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

18 AGO 2011

O OUTRO LADO

## Vereador nega irregularidades

O vereador João Cláudio Derosso disse estar surpreso com a ação proposta pelo MP por dano ambiental envolvendo um empreendimento imobiliário de sua família. Por meio de sua assessoria, Derosso afirmou que toda a documentação solicitada pelo MP foi entregue e que pensava que a investigação já havia sido arquivada. Durante a apuração do MP, Derosso chegou a ser ouvido e disse que não havia qualquer irregularidade no empreendimento.

O empresário Ubiraita Antonio

Dresch, um dos donos da Estilo Empreendimentos Imobiliários, disse que ainda não foi notificado sobre a ação do MP. Mas adiantou que tem licenciamento ambiental e autorização para a construção. Dresch confirmou que o rio que passava pelo loteamento foi canalizado, mas que isso só ocorreu porque havia autorização da antiga Suderhsa. "Existe o pedido de embargo, mas não há qualquer decisão neste sentido. Por iniciativa nossa, suspendemos a venda dos lotes", afirmou o empresário. (KK)

## Conselho de Ética ouve hoje o tucano

O presidente da Câmara Municipal de Curitiba, João Cláudio Derosso (PSDB), será ouvido hoje, às 14 horas, pelo Conselho de Ética da Casa. A sessão será aberta no plenário da Casa. Todos os 38 vereadores terão direito a questionar Derosso, embora o conselho seja formado por apenas cinco membros titulares e cinco suplentes.

Denunciado por nepotismo, contratação irregular de servidores da Assembleia e de beneficiar a esposa em um contrato de publicidade, Derosso também será investigado por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

### Divisão na CPI

O vereador Algaci Túlio (PMDB) informou ontem que deve encaminhar na segunda-feira uma proposta de divisão dos nove cargos da CPI, respeitando a proporcionalidade da Casa. Pela proposta, o PSDB — que tem 14 vereadores — teria três cadeiras na CPI. DEM, PT, PDT e PSB, que têm três vereadores cada, teriam direito a um membro por bancada. Já PV, PMDB, PPS e PP, que têm dois vereadores cada, dividiram as duas cadeiras restantes. PSC, PSL, PRP e PRB não teriam representantes. (CM)

OLHO VIVO

## CELSO NASCIMENTO

### Delação 1

O vereador João Cláudio Derosso contratou o advogado Figueiredo Basto para defendê-lo na esfera criminal. Nomeado para o Conselho de Administração da Sanepar no atual governo, o advogado atuou em algumas causas na defesa de Beto Richa — mas não é por estes motivos que ele se tornou reconhecido como bom profissional. Conta a seu favor a frequência com que livra seus clientes de penas maiores graças a "delação premiada".

### Delação 2

A delação premiada — remédio heroico reconhecido no processo penal — concede benefícios ao réu que denuncia outros participantes na mesma ação criminosa. Por exemplo: doleiros que revelam nomes e contas bancárias de clientes que se utilizaram de mecanismos cambiais para fraudar o fisco. Não há, no entanto, nenhuma evidência de

Derosso possa ser aconselhado pelo seu advogado para delatar a eventual participação de outros vereadores nas supostas irregularidades que teria praticado na administração da Câmara.

### Delação 3

Por falar em delação premiada, é hoje que a Comissão de Ética da Câmara Municipal toma o primeiro depoimento do presidente João Cláudio Derosso. Cuidados serão tomados para evitar a citação de outros nomes, assim como para não misturar a vida pública de Derosso com a vida privada.

18 AGO 2011

# GAZETA DO POVO SEGURANÇA COMO PRIORIDADE

**V**em em boa hora o programa Paraná Seguro, lançado na terça-feira passada pelo governo do estado, que pretende com ele aumentar os recursos a serem investidos em segurança pública, bem como ampliar o contingente policial nas ruas e melhorar o atendimento aos cidadãos. Os investimentos anunciados, que deverão ser implementados pelos próximos três anos e meio, vem ao encontro do desejo da população por mais segurança e também da campanha articulada pelo GRPCom "Paz sem Voz é Medo". Depois de anos sendo relegada a um segundo plano, a segurança voltou a ser considerada prioridade no Paraná por parte do governo estadual.

O desafio neste momento é recuperar minimamente a estrutura policial existente. Há um déficit no contingente de policiais militares em aproximadamente 9,2 mil homens, que deve ser reduzido substancialmente nos próximos três anos e meio, caso o governo estadual cumpra as metas anunciadas: a contratação imediata de 2 mil policiais militares e mais 8 mil até 2014.

O número de policiais civis também deve aumentar, com 2,2 mil contratações até o fim do mandato de Beto Richa (PSDB). A esse respeito, um dos dados mais relevantes é a anunciada contratação de 40 delegados que deverá ocorrer ainda este ano, após realização de concurso público previsto para outubro próximo. Hoje, o Paraná está entre os estados com a pior relação de delegado por município do Brasil. Como exemplo, enquanto o Rio de Janeiro possui 5,7 delegados por cidade, o Paraná tem apenas 0,9. No total, são 361 titulares para atender 399 municípios no estado, o que torna impraticável conduzir as investigações policiais com a eficiência e a presteza desejadas. Assim sendo, a ampliação do quadro abre a perspectiva de solução para um problema que já tinha ares de um mal crônico, afinal, delegacia sem delegado pouca ou nenhuma serventia tem para a população.

O acréscimo de R\$ 500 milhões no orçamento da Secretaria de Segurança Pública já neste ano também merece ter sua importância ressaltada. Contrariamente à falácia exaustivamente repetida nos oito anos passados de ter o Paraná a melhor condição de segurança, a verdade é que o estado foi o que menos investiu na área nos últimos dez anos. O valor ora anunciado representa o aumento de um terço do orçamento atual, que é de R\$ 1,5 bilhão. A intenção do governo estadual, conforme o governador Beto Richa e o secretário de Segurança Pública, Reinaldo de Almeida César, é a de ampliar gradativamente o orçamento da pasta, até o patamar de R\$ 3 bilhões, em 2014.

Mais recursos para a segurança pública permitirão garantir a ampliação dos quadros policiais, melhor infraestrutura para a secretaria com a compra de veículos e equipamentos e o aprimoramento do aparato de inteligência contra o crime. Em resumo, o programa Paraná Seguro vem em boa hora, pois é um anseio de toda a população paranaense a redução da criminalidade, devolvendo aos cidadãos a segurança de ir e vir que sentem estar sendo irremediavelmente perdida.

**O programa Paraná Seguro vem em boa hora, pois é um anseio de toda a população paranaense a redução da criminalidade, devolvendo aos cidadãos a segurança de ir e vir que sentem estar sendo irremediavelmente perdida**

18 AGO 2011

GAZETA DO POVO

# Rearranjo reforça caixa da segurança

Recursos oriundos de diversas fontes do governo garantem aporte de R\$ 500 milhões anunciado pelo programa Paraná Seguro

Vinicius Boreki

Uma soma de recursos de vários setores compõe os R\$ 500 milhões que serão adicionados ao orçamento da segurança pública ainda neste ano. Desse total, R\$ 150 milhões são oriundos da unificação dos Fundos de Reequipamento da Polícia Militar (FunPM), do Corpo de Bombeiros (FunCB) e da Polícia Civil (FunRespol). Outros R\$ 175 milhões virão do Departamento de Trânsito (Detran) — órgão vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) —, R\$ 100 milhões do superávit do próprio governo, R\$ 25 milhões doados pela Assembleia Legislativa e R\$ 50 milhões do remanejamento de 5% do orçamento não vinculado das contas estaduais.

Prometido anteontem pelo governador Beto Richa no lançamento do programa Paraná Seguro, o aporte financeiro é a esperança para iniciar a reversão nos elevados índices de criminalidade do Paraná. Esses recursos devem dar início a uma série de medidas anunciadas pelo governo: contratação de 8 mil policiais militares até 2014 e de 2,2 mil policiais civis, aquisição de viaturas e módulos móveis, e a construção de 95 delegacias.

O aporte financeiro previsto eleva a verba da Sesp para cerca de R\$ 1,9 bilhão, o equivalente a perto de 9% das receitas líquidas estaduais do ano passado. Os “empréstimos” e o superávit se apresentam como solução caseira, já que o orçamento de 2011, aprovado pela Assembleia no ano passado, não poderia ser alterado sem justificativas plausíveis. Ou seja, era impossível destinar recursos empenhados em outras secretarias para a Sesp.

“Essa verba só pode ser cortada se a arrecadação for menor que a esperada, o que se chama de contingenciamento. Isso precisa ser esclarecido, é uma das obrigações previstas pela lei”, explica o doutor em Economia e professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), José Guilherme Vieira.

## Desafio

O desafio do governo está no rearranjo financeiro das contas do governo para beneficiar a segurança pública em 2012. A margem de manobra não é grande. “O cobertor é curto. Se cobre a cabeça, descobre o pé”, afirma Carlos Magno Bittencourt, professor do curso de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e conselheiro do Conselho Regional de Economia do Paraná (Corecon-PR).

A dificuldade está no fato de que alguns setores não podem sofrer cortes, caso da saúde, educação e salários do funcionalismo. Para exemplificar, os gastos com servidores foram de aproximadamente 50% da receita estadual. E contar com financiamentos oriundos de organismos federais e internacionais esbarram no contexto econômico mundial.

A sombra de uma crise, as dificuldades para garantir esse tipo de dinheiro aumentam exponencialmente. “Difícil imaginar empréstimos com esse cenário. Ainda não se sabe o impacto da crise sobre as receitas públicas, até por isso o orçamento do ano que vem deve ser mais apertado”, projeta Vieira. Pior: esses órgãos exigem projetos e a assinatura desses contratos tende a se estender por períodos longos. “Basta observar a dificuldade da prefeitura de Curitiba para conseguir financiamento para a Linha Verde”, exemplifica Bittencourt.

**R\$ 100 milhões**

correspondem ao superávit do governo estadual que será destinado à Secretaria de Estado Segurança Pública.

**9% é quanto**

o orçamento da Secretaria de Segurança Pública representa nas despesas estaduais.

# 18 AGO 2011

## GAZETA DO POVO

### CIEE/PR completa 44 anos de apoio a programas de estágio



Diretores e conselheiros no encontro comemorativo

O CIEE/PR comemorou no dia 12 último os 44 anos de sua fundação no Paraná, em "café da manhã" com a participação de conselheiros, diretores e colaboradores. A entidade nasceu em 1967 com a finalidade de promover a integração entre as instituições de ensino e as empresas, por meio do estágio de estudantes. Nesse período, milhares de jovens do ensino médio e do ensino superior puderam fazer com mais facilidade a fusão entre o conhecimento teórico da escola e a prática nas empresas.

Para o presidente José Ribamar Brasil dos Reis, o CIEE/PR está cumprindo bem a sua função através de um trabalho dedicado dos colaboradores, conselheiros e parceiros para que os estudantes tenham cada vez mais oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, mediante a antecipação da experiência prática proporcionada pelo estágio.

O presidente do Conselho Deliberativo, Fernando Fontana, parabenizou a diretoria e os colaboradores pelo grande esforço nas tarefas de transição operacional de 2.900 vagas dos programas de estágio do Tribunal de Justiça do Paraná que passaram recentemente à administração do CIEE/PR. Com esta conquista decorrente de processo licitatório, a instituição administra atualmente cerca de 33 mil estagiários/mês.



Colaboradores da sede de Curitiba

**CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO PARANÁ**

tel. 3333-4500

[www.cieepr.org.br](http://www.cieepr.org.br)

[cieepr@cieepr.org.br](mailto:cieepr@cieepr.org.br)

Colaborador(a) do CIEE/PR: [comunica@cieepr.org.br](mailto:comunica@cieepr.org.br)

18 AGO 2011

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO

# Justiça mostra que educação deve ser colocada em outro patamar

Furto e o vazamento das provas  
causaram um gasto de R\$ 148 milhões

A Justiça Federal em São Paulo condenou quatro dos cinco denunciados pelo Ministério Público Federal (MPF) por envolvimento no furto, vazamento e tentativa de venda da prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em outubro de 2009, pelos crimes de corrupção passiva (exigir vantagem indevida) e violação de sigilo funcional. A condenação foi dada pelo juiz Márcio Rached Millani, da 10ª Vara Federal Criminal de São Paulo.

“A Justiça reconheceu o dano que esses criminosos causaram e os condenou exemplarmente. Já soube que o Ministério Público vai recorrer pedindo uma pena maior”, disse o ministro da Educação, Fernando Haddad, ao abrir ontem em Curitiba o Encontro Internacional de Educação. Para ele, a decisão sinaliza que as pessoas têm que colocar a educação em outro patamar, não podem jogar com o destino das pessoas. “Foi um crime contra o Estado brasileiro e contra a juventude. Do ponto de vista administrativo, o processo está concluído, agora é o processo judicial, que será reforçado por essa decisão. Queremos que os prejuízos sejam ressarcidos à União”, acrescentou.

Felipe Pradella foi condenado

a cinco anos e três meses de prisão e a 72 dias de multa por violação de sigilo funcional e corrupção passiva. Filipe Ribeiro Barbosa e Marcelo Sena Freitas foram condenados à pena de quatro anos e seis meses de reclusão e a 63 dias de multa pelo mesmo crime. Pradella foi absolvido do crime de extorsão.

Gregory Camillo Oliveira Craid foi condenado à pena de dois anos e quatro meses de prisão e ao pagamento de 11 dias de multa por corrupção passiva. Mas a pena foi substituída pela prestação de serviço à comunidade ou entidade pública. Outro denunciado, Luciano Rodrigues, foi absolvido de todos os crimes.

Entretanto, por acreditar que as penas são baixas e desproporcionais à gravidade dos crimes, o MPF vai apelar da decisão pedindo o aumento das penas e a condenação de Pradella pelo crime de extorsão. De acordo com o MPF, o furto e o vazamento da prova causaram um gasto, com a reimpressão das provas do Enem, de mais 30% do valor da licitação - 148 milhões, além de afetar mais de 4 milhões de estudantes.

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## STF mantém direito previdenciário em união homoafetiva

A 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal negou, por unanimidade, recurso de agravo regimental interposto pela filha de uma das partes em união homoafetiva contra a concessão de benefício previdenciário de seu falecido pai ao companheiro dele.

O agravo foi interposto no último dia 8, nos autos do Recurso Extraordinário, com fundamento no artigo 226, parágrafo 3º, da Constituição Federal, segundo o qual “para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar”.

Ao negar provimento ao agravo regimental e confirmar sua decisão de 1º de julho último, em favor do companheiro homoafetivo, o ministro Celso de Mello reportou-se à decisão do Plenário do Supremo no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277, quando a corte estendeu o conceito de família também aos casais do mesmo sexo que vivem em união estável.

O Recurso Extraordinário foi interposto na Suprema Corte contra decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que não reconheceu o direito do companheiro de falecido ao recebimento de benefício previdenciário.

O TJ-MG alegou inexistência de lei prevendo esse direito. Entretanto, apoiado em entendimento firmado pelo STF, o ministro Celso de Mello cassou a decisão da corte mineira e concedeu ao companheiro do falecido o direito ao recebimento de benefício previdenciário.

18 AGO 2011

18 AGO 2011

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Câmara quer julgar recursos em apenas dois meses

Conflitos societários, entre eles o litígio entre parceiros de uma sociedade de médicos, e recursos envolvendo a proteção de marca e concorrência desleal foram as matérias mais discutidas na primeira sessão da Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo. Mas o colegiado também teve uma pauta recheada de processos que não dizia respeito à sua competência. Um erro da distribuição.

O fato obrigou a câmara a não reconhecer 19 recursos, de um total de 52 processos que estava na pauta de julgamento, e mandá-los para redistribuição. Entre estes, recursos envolvendo previdência privada, direitos autorais, regime de bens na separação de casais,

cobrança de crédito, reintegração de posse e até um caso sobre cotas de um jazigo no cemitério do Morumbi. O presidente, desembargador Romeu Ricupero, encaminhou relatório para que o problema seja sanado a partir da próxima sessão.

O desembargador Ênio Zuliani abriu a série de julgamento do novo colegiado. Foram três sustentações orais, todas se referindo a recursos que tinha como relator Ênio Zuliani. O advogado João Fábio Azevedo e Azeredo, do escritório Moraes Pitombo Advogados foi o primeiro a subir a tribuna. Conseguiu vencer a causa. Os outros advogados que fizeram sustentação oral foram Raquel Moretti e Felipe Roberto Rodrigues.

18 AGO 2011

## TRIBUNA DO PARANÁ

### Condenado por mostrar "ex" pelada

Um empresário de Maringá, noroeste do estado, foi condenado a quase dois anos de prisão por ter publicado na internet fotografias de uma ex-namorada, tiradas nos momentos de intimidade do casal. A pena, pelo crime de difamação e injúria, foi substituída por prestação de serviços comunitários e pagamento de R\$ 1.200,00 à vítima, mensalmente, pelo prazo correspondente à duração da pena de detenção.

A vítima namorou com o rapaz durante aproximadamente três anos. Após a separação, o empresário, inconformado com o término do relacionamento, passou a denegrir a imagem da ex-namorada, fazendo comentários pejorativos junto a seus amigos, familiares e colegas de trabalho. Ele também encaminhou, por e-mail, várias fotografias íntimas dela a conhecidos e publicou as imagens em sites nacionais e internacionais de conteúdo pornográfico.

#### Morro do Boi

Está marcado para às 13h30 de hoje, no Tribunal de Justiça, o julgamento, em segunda instância, de Juarez Ferreira Pinto, condenado pelo crime do Morro do Boi, ocorrido em Matinhos, em fevereiro de 2009. A decisão, no entanto, deverá ser adiada para a próxima semana, a pedido dos advogados de defesa, que vão atuar em outro caso no mesmo horário. Juarez foi condenado a 65 anos e seis meses de reclusão pelo latrocínio (roubo com morte) de Osiris Del Corso e por roubo, lesão corporal grave e atentado violento ao pudor contra Monik Pergorari.

# TRIBUNA DO PARANÁ

 **Mutirões 18 AGO 2011**

Processo evita demora nas varas federais.

Secretaria do Trabalho compensa dias parados

## Solução rápida

O mutirão de conciliação, realizado pela Justiça Federal até amanhã em todo o Paraná, busca priorizar a solução de litígios mediante acordo amigável entre as partes, evitando assim que os processos se arrastem nas varas federais. Nesta semana a ênfase da operação está nos 150 processos que envolvem pessoas físicas e a Caixa Econômica Federal.

A juíza federal Anne Karine Stipp Amador Costa, que coordena o Sistema de Conciliação (Sistcon), considera a medida importante para agilizar a resolução de processos. “No acordo as partes abrem mão de algo e saem satisfeitas com a solução, já que o acordo sai na hora”. As conciliações fazem parte da política da Justiça Federal do Paraná, por recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Os mutirões chegam a solucionar cerca de 50% dos processos. O próximo mutirão, na semana de 12 a 16 do mês que vem, trará litígios do Programa de Financiamento Estudantil (Fies).

### **Seguro-Desemprego**

Outro mutirão é da Secretaria do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, hoje e amanhã, na Agência do Trabalhador de Curitiba. O mutirão do seguro-desemprego, oferece 800 senhas por dia para atendimento de pessoas de Curitiba e região. O horário de atendimento será das 8h às 17h30. Para requerer o benefício, o candidato deve apresentar carteira de identidade, Carteira de Trabalho, termo de rescisão do contrato de trabalho, os três últimos recibos (holerites) de salário, o comprovante de saque do FGTS e as guias do seguro desemprego preenchidas. O mutirão visa compensar o fechamento das Agências do Trabalhador durante a próxima semana, quando começará a ser implantado o novo sistema do governo federal denominado Mais Emprego.

18 AGO 2011

## TRIBUNA DO PARANÁ

### Mais uma denúncia contra Derosso

O Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção do Meio Ambiente do Ministério Público propôs ação civil por dano ambiental contra o presidente da Câmara de Curitiba, vereador João Cláudio Derosso (PSDB), e outras pessoas, pela canalização do curso d'água e desmatamento de terreno particular para construção civil. No caso, o Córrego Jardim Esmeralda, uma das nascentes do Rio Padilhas, está em terreno no Xaxim, de propriedade do vereador e familiares. Nascentes de rios são Áreas de Preservação Permanente e não podem ser impactadas. O lugar passa por obras para se tornar loteamento imobiliário, o "Condomínio Residencial Boulevard Club Condominium". O responsável pela ação é o promotor de Justiça Sérgio Luiz Cordoni.

O MP-PR requer que até o julgamento final da ação seja determinada a suspensão das obras em andamento e que não seja feita mais nenhuma intervenção no terreno (supressão de vegetação, canalização, construção ou qualquer modalidade de alteração), e seja impedida a venda de lotes, para assim evitar prejuízos de terceiros de boa-fé. Além do vereador, são requeridos na ação João Derosso, Terezinha Pietruza Derosso, a empresa Estilo Empreendimentos Imobiliários Ltda., e o Instituto das Águas do Paraná (ex-Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - Suderhsa).

#### O outro lado

A assessoria do vereador Derosso informou que este fato ocorreu em 2006 e que toda a documentação solicitada foi enviada ao Ministério Público do Paraná. Ainda segundo a assessoria, Derosso disse que desconhece a ação civil pública e está surpreso, pois acreditava que o procedimento do Ministério Público já estava arquivado. Dois dos três sócios da Estilo Empreendimentos Imobiliários, Reinaldo Dresch e Jonatan Dresch, não quiseram falar sobre o assunto, alegando que não estão a par da ação civil pública.

**1 8 AGO 2011**

## **JORNAL DO ESTADO**

### **TJ julga recursos**

O Tribunal de Justiça do Paraná julga hoje, simultaneamente, dois recursos de casos de repercussão nacional. A 3ª Câmara Criminal vai julgar um recurso do caso conhecido como "Morro do Boi". Condenado a uma pena de 65 anos e 5 meses de reclusão, em regime fechado, o réu entrou com recurso. Entre os pedidos do réu está a anulação do processo e reconhecimento de inocência. Ele foi condenado por latrocínio (roubo seguido de morte) a pena de 34 anos de reclusão, por crime de roubo qualificado pelo resultado lesão corporal grave na vítima, que lhe deu mais 22 anos e 8 meses de pena, e pelo crime de atentado violento ao pudor, mais 8 anos e 9 meses de reclusão.

O outro recurso que será julgado é da defesa do ex-deputado Luiz Fernando Ribas Carli Filho, na Primeira Câmara Criminal. A sessão será pública.. O tema específico do julgamento será se a Justiça acertou ou errou quando determinou, por cautela, a apreensão do passaporte de Carli Filho impedindo-o de deixar o país até o julgamento final da causa pelo Tribunal do Júri.

18 AGO 2011

JORNAL DO ESTADO

# Ação do MP acusa Derosso por dano ambiental

O Ministério Público do Paraná, através do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção do Meio Ambiente, propôs ação civil por dano ambiental contra o atual presidente da Câmara Municipal de Curitiba, João Claudio Derosso (PSDB), e outras pessoas, pela canalização de um curso d'água em terreno particular para construção civil. No caso, o Córrego Jardim Esmeralda, uma das nascentes do Rio Padilhas, que fica dentro de um terreno no bairro Xaxim, de propriedade do vereador e familiares. Segundo o MP, nascentes de rios são Áreas de Preservação Permanente e não podem ser impactadas. O lugar passa por obras para se tornar um loteamento imobiliário, o "Condomínio Residencial Boulevard Club Condominium".

A ação vem à tona no momento em que Derosso enfrenta uma onda de denúncias de irregularidades na administração da Câmara Municipal, que levaram a Casa a criar uma inédita Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigá-lo. Para hoje, está previsto o depoimento dele no Conselho de Ética, para se defender das mesmas acusações.

Na representação divulgada ontem, o MP requer, liminarmente, que até o julgamento final da ação seja determinada a suspensão das obras em andamento e que não seja feita mais nenhuma intervenção no terreno - supressão de vegetação, canalização, construção ou qualquer modalidade de alteração -, bem como que se impeça a venda de lotes, para assim evitar prejuízos de terceiros de boa-fé. Além do vereador, são requeridos na ação João Derosso, Terezinha Pietruza Derosso, a empresa Estilo Empre-

dimentos Imobiliários Ltda., e o Instituto das Águas do Paraná (ex-Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA).

Denúncia anônima - De acordo com o MP, a notícia da irregularidade ambiental chegou ao órgão em setembro de 2006, com uma representação anônima. Foi iniciada uma investigação e constatou-se que o vereador e os demais donos do imóvel de fato realizaram a canalização da nascente do Córrego Jardim Esmeralda, para assim aproveitar melhor o terreno para loteamento, bem como desmataram o lugar.

Além deles e da construtora serem citados na ação, o MP pede a responsabilização do Instituto das Águas do Paraná, pois o órgão público, quando ainda era SUDERHSA, concedeu a João Derosso, em 2003, a outorga do córrego por 35 anos - quando na verdade houve a canalização. Também foi verificada a concessão de várias licenças para a obra por parte de outros órgãos públicos, como a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a Sanepar, sem que fosse feito um estudo de impacto ambiental no imóvel.

"Como se observa, a documentação apresentada pelos empreendedores dá aparência de legalidade da instalação do loteamento. De forma diferente é a situação fática, em que se visualiza não uma outorga para utilização das águas do córrego Esmeralda, mas sim canalização", diz o texto da acusação. "Além disso, diante da existência de nascentes no imóvel há fundo de vale e aterro em área de preservação permanente. O próprio relatório da SMMA é contraditório ao dizer que tudo esta sendo cum-

prido na medida em que afirma a obrigatoriedade de replantio de muitas mudas de árvores (mais de cem), no entanto as fotos registradas pela Equipe Técnica do Ministério Público mostram que o terreno em que se instalou o 'Condomínio Residencial Boulevard Club Condominium' está praticamente sem vegetação, com ruamento e instalação de rede de águas e esgoto, pronto para edificação de grandes casas de alto padrão", diz o texto.

O MP destaca ainda, como "fator que causa surpresa", o fato do vereador ter sido autor de proposta de lei, em tramitação na Câmara Municipal de Curitiba, que busca proibir que os donos de terrenos com nascentes construam edificações sobre elas ou destruam a vegetação do entorno, prevendo punições para quem não respeitar as fontes de água.

18 AGO 2011

## GAZETA DO PARANÁ

**Campo Largo** Segundo o delegado, a criança estava sofrendo agressões há meses, ferimentos eram visíveis

# Casal acusado de espancar filho até a morte é preso

A criança tinha apenas 1 ano e 9 meses e, de acordo com a polícia, foi brutalmente agredida

**DÉBORA RODRIGUES**

Da CGN Curitiba

• Foram presos na tarde de ontem (17) no centro de Campo Largo, região metropolitana de Curitiba, o casal acusado de espancar o filho de 1 ano e nove meses até a morte.

Gilmar Franco da Silva, 22 anos, e Vanessa Karvat da Silva, 25 anos, foram localizados na Rua João Soares Pinto no momento em que deixavam um escritório de advocacia, provavelmente procurando defesa para o caso. Eles estavam foragidos desde a última sexta-feira (12), dia em que o filho do casal foi encontrado morto pelo avô paterno

dentro de casa.

O pequeno Gustavo Karvat Franco da Silva, 1 ano e 9 meses, foi vítima de agressões físicas violentas por parte da mãe que agia de forma descontrolada quando o filho chorava ou fazia algum tipo de birra. Quando percebeu que tinha causado a morte do menino, ela e o marido resolveram fugir, mas antes passaram na casa do avô do menino e contaram o que houve. Seu Ari, imediatamente foi até a casa dos dois e quando encontrou o garoto, ligou para polícia.

De acordo com o delegado responsável pelo caso, Haroldo Vergueiro, a criança já estava sofrendo agressões há meses, e os ferimentos eram visíveis, mas não houve qualquer tipo de denúncia nem pelo pai, nem pela creche em que o menino frequentava. Segundo o delegado, no dia da morte, quando Gilmar

chegou em casa viu o filho agonizando, mas preferiu fugir junto com Vanessa ao invés de levá-lo para um hospital e prestar socorro. Vergueiro relatou a brutalidade com que a mãe tratava seu filho. “Vanessa se mostrou fria e não negou que agredia o filho, mas não acha que tenha causado a morte dele”.

Em entrevista para a CGN (Central Gazeta de Notícias), Vanessa não negou que batia no filho, mas diz que não acredita que ele tenha morrido por ter apalhado. “Nesse dia que ele chegou a falecer eu não bati nele. Não nego que eu tenha batido, mas nego que ele tenha morrido porque eu espanquei ele até a morte. Só pode ter sido por afogamento, porque eu não matei meu filho”.

Os dois vão responder por homicídio e podem pegar mais de 30 anos de prisão, se condenados pela Justiça.

**17 AGO 2011**

## **PARANÁ ONLINE**

### **Pedido de devolução de passaporte de Carli Filho será julgado nesta quinta-feira**

O pedido da defesa do ex-deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho, para que a Justiça do Paraná devolva o passaporte recentemente apreendido do ex-deputado, está confirmado para esta quinta-feira (18), às 13 horas, na Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. A sessão será pública.

Segundo informações divulgadas pelo escritório do advogado da família de Gilmar Yared (morto no acidente em que Ribas Carli Filho está envolvido), Elias Mattar Assad, "o tema específico do julgamento será se a Justiça acertou ou errou quando determinou, por cautela, a apreensão do passaporte de Carli Filho, impedindo-o de deixar o país até o julgamento final da causa pelo Tribunal do Júri".

De acordo com Assad, a decisão desta quinta-feira será anexada ao processo, que contém dois pedidos de recursos da defesa de Carli Filho, um no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e outro no Supremo Tribunal Federal (STF). O próximo passo será o envio de toda a documentação para a vice-presidência do Tribunal de Justiça, que vai admitir ou não o recurso da defesa do ex-deputado.

# PARANÁ ONLINE

## Condenado pelo crime do Morro do Boi tenta reverter pena no Tribunal de Justiça

A partir das 13h30 desta quinta-feira (18) será julgado no Tribunal de Justiça do Paraná o recurso do réu, Juarez Ferreira Pinto, no caso conhecido como Morro do Boi, que aconteceu em Matinhos, litoral do estado do Paraná. Entre os pedidos da defesa está a anulação do processo e reconhecimento da inocência do acusado.

### Paraná On Line



17 AGO 2011

Juarez foi condenado a 65 anos e 5 meses de reclusão

O réu foi condenado no dia 18 de fevereiro do ano passado a 65 anos e cinco meses de reclusão. A sentença foi proferida pelo Juiz Dr. Rafael Luis Brasileiro Kanayama, da Vara Criminal da Comarca de Matinhos (PR).

### O caso

O crime aconteceu na tarde do dia 31 de janeiro de 2009, quando Monik Pergorari Lima e o namorado, Osiris Del Corso, estavam em uma trilha no Morro do Boi e tentavam chegar à Praia dos Amores. No caminho, os dois foram atacados.

Segundo a jovem, o assassino teria tentado abusar sexualmente dela, nessa hora houve a intervenção do namorado que acabou levando um tiro no peito e morreu. Monik foi atingida por um tiro nas costas e ficou caída no local; enquanto o agressor fugiu. Perto das 21 horas, segundo relatos da própria vítima aos bombeiros que a resgataram, o agressor voltou até o local do crime e teria a molestado. Os dois só foram localizados na tarde do dia seguinte. A jovem esperou por 18 horas na mata até ser resgatada.

A Polícia Civil divulgou após uma semana o retrato falado do autor do crime, baseado nos depoimentos e testemunhas do caso. Depois de 18 dias, Juarez Ferreira Pinto, irmão de um policial, foi preso como o principal suspeito do crime devido à semelhança com o retrato falado e posteriormente, foi identificado pela jovem.

“Foi horrível. Enquanto ele estava caído, eu tentava espantar os urubus que estavam em volta dele, as moscas. Eu não conseguia me mexer”, lembra Monik após receber alta do hospital onde ficou internada por 23 dias.

Numa única conversa com a imprensa, Juarez disse que era inocente. “O Senhor vai mostrar quem é o verdadeiro culpado. Eu tenho fé em Deus. Ela tem medo de falar que não sou eu, porque tem medo de ser processada. Ela sabe que não fui eu”, disse em entrevista coletiva.

# CNJ

## Presidente do CNJ reitera que juíza pernambucana conta com proteção garantida por liminar

17 AGO 2011

Em pronunciamento feito nesta quarta-feira (17/08), durante abertura da sessão plenária do Supremo Tribunal Federal (STF), o presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do STF, ministro Cezar Peluso, ressaltou as medidas adotadas pelo CNJ em relação ao assassinato da juíza Patrícia Lourival Acioli e ratificou informações dando garantias sobre a segurança de uma magistrada de Pernambuco. O assunto esteve ontem na pauta da sessão plenária do CNJ e o julgamento foi suspenso por um pedido de vista de um conselheiro. O ministro enfatizou que, apesar da vista, a segurança da magistrada está mantida por força de liminar concedida anteriormente pelo próprio CNJ e será válida até o resultado do julgamento.

“Não tem nenhuma consistência a impressão de que o Conselho Nacional de Justiça teria adiado proteção à juíza de que se trata, a qual está, até o julgamento final do seu pedido de providência, sob proteção especial deferida, em medida liminar, cuja eficácia subsiste até decisão última, pelo mesmo Conselho”, enfatizou o ministro Peluso. O presidente do CNJ e do STF explicou, ainda, que o que ocorreu na última sessão do CNJ, “foi apenas um pedido de vista, formulado por um conselheiro para, como é dever de todo julgador, conhecer melhor fatos controversos constantes nos autos e mencionados durante o julgamento”. Ele rebateu interpretações apresentadas em reportagem de um grande jornal que poderia suscitar dúvidas quanto à efetiva proteção da juíza pernambucana.

Garantia indispensável - O ministro Peluso deixou claro aos magistrados, em sua mensagem, que estes não serão abandonados pelo STF nem pelo CNJ, “na garantia da segurança e da tranqüilidade indispensáveis ao exercício da função essencial à efetividade dos direitos, da cidadania e da subsistência do Estado Democrático de Direito, e da independência inegociável do Poder Judiciário”. À sociedade brasileira, o presidente do CNJ destacou que se solidariza com sua “justa indignação” e garantiu que o Poder Judiciário não poupará esforço nem providências de sua alçada para que sejam apuradas as responsabilidades “por esse ignominioso atentado à sua integridade e independência”.

“Assim como, no curso da história, não o lograram forças mais poderosas, as do chamado crime organizado não intimidarão, agora nem nunca, a magistratura, a sociedade brasileira, tampouco o Estado Democrático de Direito”, ressaltou.

Comissão no Rio - O ministro lembrou iniciativa adotada no início dessa semana de designar comissão composta por três juízes auxiliares da presidência do CNJ para acompanhar de perto as investigações sobre a morte da juíza do Rio de Janeiro. Grupo, este, que está se inteirando, sem prazo de retorno, das condições de segurança dos magistrados daquele estado, além de apoiar as medidas do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), ouvir, avaliar e sugerir providências. Além disso, a comissão também deve se colocar à disposição da família da magistrada e de todos os juízes em exercício no Rio de Janeiro.

O presidente do CNJ e do STF informou, também, da portaria assinada ontem (terça-feira, 16/08) que institui comissão extraordinária do CNJ para criar uma política nacional de segurança institucional da magistratura e propor medidas para a sua concretização.

# CNJ 17 AGO 2011

## **Comissão do CNJ que acompanha investigação da juíza Patrícia continua trabalhos hoje no RJ**

A comissão designada pelo ministro Cezar Peluso, presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para acompanhar as investigações do assassinato da juíza Patrícia Lourival Acioli dá continuidade aos trabalhos nesta quarta-feira (17/08) no Rio de Janeiro.

Pela manhã, a comissão esteve na delegacia de homicídios da Barra da Tijuca, que acompanha o caso. Às 14h30, a comissão segue para o Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª região, para reunião com a presidente do órgão, a desembargadora federal Maria Helena Cisne. Às 15h30 a comissão segue para o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), em reunião com o presidente do tribunal, o desembargador Manoel Alberto Rebêlo dos Santos.

A comissão do CNJ é presidida pelo secretário-geral do CNJ, o juiz Fernando Florido Marcondes. Também integram o grupo os juízes auxiliares da presidência do CNJ Tatiana Cardoso de Freitas e Márcio André Keppler Fraga. Na terça-feira (16/08), a comissão esteve também no Fórum de São Gonçalo, onde a juíza Patrícia Acioli trabalhava. Os integrantes da Comissão ouviram relatos e sugestões dos juízes do Fórum em relação à segurança dos magistrados.

# CONJUR

**Oi concorda em pagar R\$ 2,5 milhões para encerrar litígio**

**17 AGO 2011**

A Justiça Federal do Rio Grande do Sul publicou, em Porto Alegre, sentença que obriga a empresa de telefonia Oi a reabrir e manter postos de atendimento pessoal para usuários de telefonia fixa em 12 municípios gaúchos. A medida é resultado de um acordo homologado pelo juiz federal Jurandi Borges Pinheiro. A Oi concordou em pagar, para encerrar o litígio que já dura 9 anos, uma multa de R\$ 2,5 milhões — sendo R\$ 1,5 milhão a título de multa por descumprimento da liminar deferida nos autos e R\$ 1 milhão por danos morais coletivos, a serem depositados em favor do Fundo dos Direitos Difusos.

De acordo com a sentença, a Oi manterá postos de atendimento pessoal, com formulário específico para os principais serviços solicitados pelos usuários, tais como contestação de débitos, solicitação de reparo e emissão de segunda via de conta telefônica, entre outros. A segunda via do formulário será entregue ao usuário como comprovante da solicitação.

O acordo prevê ainda que o atendimento resolva, efetivamente, a solicitação trazida pelo consumidor, sem a necessidade de qualquer outra providência, e produza efeitos imediatamente, ressalvados os serviços para os quais há previsão regulamentar de prazo para solução. Caso a solicitação não seja atendida na forma prevista, o acordo assegura multa em favor do consumidor.

A acordo foi intermediado e oficializado pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Justiça Federal (Cejuscon) de Porto Alegre, encerrando Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal contra a BrasilTelecom (Oi) e Anatel. Os municípios beneficiados com a sentença são: Porto Alegre, Cachoeirinha, Capão da Canoa, Gravataí, Guaíba, Montenegro, Osório, São Jerônimo, Taquari, Torres, Tramandaí e Viamão, todas no Rio Grande do Sul. *Com informações da Assessoria de Imprensa da Justiça Federal no RS.*

# CONJUR

## Revista com equipamento eletrônico não gera dano moral

17 AGO 2011

A revista pessoal quando efetuada sem o desnudamento ou apalpamento do trabalhador, bem como nos seus pertences, não gera o pagamento de indenização por danos morais. Motivo: não configura ofensa aos direitos da personalidade. Este é o entendimento ao qual chegou do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região ao analisar caso em que um funcionário do Supermercados Walmart ajuizou pedido de danos morais sob a alegação de que era submetido a revista com equipamento eletrônico quando saía da loja.

A revista, segundo o empregado, era feita na presença dos demais funcionários e clientes do Walmart, fato que teria ofendido a sua intimidade e dignidade. A Vara do Trabalho mandou o Walmart indenizar o empregado em R\$ 4,5 mil por danos morais.

Ao analisar recurso da rede de supermercados, o Regional entendeu que a prova colhida comprovou a inexistência de abuso ou humilhação nas revistas que eram efetuadas de maneira tolerável e aceitável com auxílio de equipamento eletrônico (“raquete” que identificava códigos de barra), em todos os funcionários da loja, inclusive nos gerentes. Dessa forma, absolveu a empresa da condenação por danos morais.

Inconformado, o empregado alegou no recurso que o procedimento de revista, sem que houvesse qualquer suspeita, feria os princípios da dignidade humana e da inviolabilidade.

Ao relatar o recurso, a ministra Rosa Maria Weber observou que o dano moral é a lesão extrapatrimonial, que atinge os direitos da personalidade, tais como a honra, intimidade e dignidade.

A turma, por unanimidade, seguiu o voto da relatora que concluiu pelo não conhecimento do recurso por inócência de afronta a preceito de lei federal ou da Constituição da República e nem divergência jurisprudencial. No caso, houve conhecimento e provimento apenas quanto ao pagamento de intervalo intrajornada. *Com informações do Tribunal Superior Eleitoral.*

# CONJUR

## Nova câmara quer julgar recursos em apenas dois meses **17 AGO 2011**

Conflitos societários, entre eles o litígio entre parceiros de uma sociedade de médicos, e recursos envolvendo a proteção de marca e concorrência desleal foram as matérias mais discutidas na primeira sessão da Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo, na terça-feira (16/8). Mas o colegiado também teve uma pauta recheada de processos que não dizia respeito à sua competência. Um erro da distribuição.

O fato obrigou a câmara a não reconhecer 19 recursos, de um total de 52 processos que estava na pauta de julgamento, e mandá-los para redistribuição. Entre estes, recursos envolvendo previdência privada, direitos autorais, regime de bens na separação de casais, cobrança de crédito, reintegração de posse e até um caso sobre cotas de um jazigo no cemitério do Morumbi. O presidente, desembargador Romeu Ricupero, encaminhou relatório para que o problema seja sanado a partir da próxima sessão.

O desembargador Ênio Zuliani abriu a série de julgamento do novo colegiado. Foram três sustentações orais, todas se referindo a recursos que tinha como relator Ênio Zuliani. O advogado **João Fábio Azevedo e Azeredo**, do escritório Moraes Pitombo Advogados foi o primeiro a subir a tribuna. Conseguiu vencer a causa. Os outros advogados que fizeram sustentação oral foram Raquel Moretti e Felipe Roberto Rodrigues.

O primeiro julgamento da pauta foi uma ação de cobrança com reparação de danos movida por Atlantica Hotels Internacional Ltda. contra Eugênio Fernando Neves Barroso e Maria Irene Batista Neto (titulares de um apart-hotel), alegando dívida em contrato de sociedade para administração de condomínio.

A empresa alegou que a multa de ressarcimento de contrato não foi paga nem os prejuízos advindos da inadimplência. Pleiteou cobrança da dívida e danos morais. O casal argumentou que nada deve e que não teve culpa nenhuma na rescisão do contrato, mas sim a autora pela má administração.

O relator do recurso, desembargador Enio Zuliani, entendeu que a administradora quer cobrar pelos serviços prestados, mas não há resíduos contratuais a serem cobrados. O revisor, desembargador Pereira Calças, destacou que o caso era de prestação de serviço sob a roupagem de sociedade em cota de participação.

“As provas indicam que houve motivo para a rescisão do contrato, os investidores nada receberam e não houve prestação de contas transparente. A multa prevista só incide como penalidade pelo não cumprimento (integral ou em parte) do contrato com base objetiva mantida e, pelo que se apurou, a decisão de substituir a administradora não foi uma precipitada resolução”, afirmou Zuliani.

Outro julgamento que se destacou foi uma ação movida pela proprietária da marca Le Lis Blanc, que explora o destacado comércio do segmento de roupas e acessórios para mulheres. A ação foi movida contra a empresa Luana Andressa Pereira e Cia Ltda.,

**CONTINUA**

# CONTINUAÇÃO CONJUR 17 AGO 2011

localizada no interior de Santa Catarina, pela utilização do nome da marca 'Lelis' em sociedade do mesmo ramo de atividade, em prédio com arquitetura próxima do padrão utilizado pela autora para identificar suas lojas.

A autora alegou que a empresa tentou copiá-la, fazendo-se passar como se fosse sua licenciada, utilizando o nome de fantasia 'Lelis'. Argumentou, ainda, que a conduta causa confusão no consumidor, induzindo-o a erro, supondo estar adquirindo mercadoria produzida pela autora ou negociando com ela, o que não é o caso; que a empresa não a remunera pelo uso de sua marca, além de denegrir a distintividade e imagem da marca 'Le Lis Blanc'. Por fim, que a empresa se faz passar por ela utilizando nas fachadas cores, marcas e embalagens similares a sua.

Assim, requereu a concessão de liminar para determinar a busca, apreensão e encobrimento, quando a remoção não for possível, de todas as placas, produtos e objetos que contiverem ou reproduzirem a marca da autora, e para que a empresa se abstenha de voltar a reproduzir Le Lis Blanc, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil. Requereu, ainda, a indenização pelos danos patrimoniais e morais sofridos.

A empresa Andressa Pereira e Cia Ltda. alegou que não há confusão entre as marcas e que não ocorre concorrência efetiva entre as partes, que não há identidade entre os produtos por ela comercializados e os da autora, que possuem claramente mercados relevantes distintos, não havendo possibilidade de confusão ou associação. Por fim, argumentou que não houve dano.

A sentença julgou a ação procedente, confirmando a decisão que antecipou os efeitos de tutela, para determinar a empresa que se abstenha de utilizar, imitar e/ou reproduzir, ainda que parcialmente, a marca 'Le Lis Blanc', em especial a marca 'Le Lis' ou 'Lelis', por qualquer forma, inclusive em placas e objetos. Em caso de descumprimento, foi fixada multa diária de R\$ 10 mil. Além disso, a empresa foi condenada ao pagamento de perdas e danos materiais pela violação do direito de marca da autora, bem como indenização pelos danos morais no valor de R\$ 20 mil.

A empresa não admitiu a condenação em danos materiais (objeto de futura liquidação) e danos morais fixados. Argumentou que não foram demonstrados os prejuízos suportados e o abalo da imagem objetiva que produziu o dano moral indenizável.

Em seu voto, o relator, desembargador Enio Zuliani, entendeu que a determinação para que a empresa-ré se abstenha do uso de emblemas, signos e outros sinais próprios e característicos da autora foi uma decisão acertada para por fim a dubiedade que não engrandece o comércio e não favorece o consumidor. No entanto, para ele, a sentença merece reparos quanto aos complementos.

“Não se provou que a utilização da marca produziu dano material, negando a indenização por ausência de efetiva confirmação dos danos emergentes ou de lucros cessantes. Sobre o dano moral, não é o caso dos autos, pois não existe o mais ténue indício de ter ocorrido desgaste da marca da autora”, concluiu.

## **A nova câmara**

A turma especializada tem como integrantes os desembargadores **Romeu Ricupero (presidente)**, **Manoel de Queiroz Pereira Calças**, **José Reynaldo Peixoto de Souza**,

**CONTINUA**

# CONTINUAÇÃO CONJUR 17 AGO 2011

**Ricardo José Negrão Nogueira e Enio Santarelli Zuliani.** O novo colegiado vai funcionar junto à subseção um da Seção de Direito Privado, a maior do Tribunal de Justiça de São Paulo, com 38 câmaras, 190 desembargadores e 38 juízes substitutos.

Segundo o desembargador Pereira Calças, o funcionamento da Câmara Reservada de Direito Empresarial no maior Tribunal de Justiça do país é importante para a consolidação do direito comercial brasileiro, que, atualmente, vive um momento singular de intensa revitalização. De acordo com o desembargador, a nova câmara evidencia que a corte onde se concentra mais de 50% da economia nacional, está devotando ao direito comercial a atenção que esta área jurídica reclama e merece.

Para Pereira Calças, o funcionamento do colegiado permitira o alcance da segurança jurídica decorrente da interpretação das regras comerciais. “O empresário, quando bate às portas deste Tribunal, não pretende apenas obter justiça”, afirmou Pereira Calças. “Está buscando, igualmente, a definição precisa do conteúdo das normas incidentes sobre a atividade empresarial. A segurança jurídica é elemento indispensável ao regular funcionamento da economia de qualquer país”, completou o desembargador.

Segundo ele, cada empresário faz os cálculos de seus custos e de projeções de retornos do investimento a partir de um pressuposto: o de que as leis em vigor serão estritamente aplicadas, com o significado que emana imediatamente de sua redação. “Faz estes cálculos no pressuposto de que os contratos serão cumpridos: senão diretamente pelo contratante, com certeza mediante a intervenção firme, pronta e eficiente do Poder Judiciário. E, a partir destes cálculos, define o preço dos produtos e serviços que serão adquiridos no mercado”.

Pereira Calças destacou que na economia globalizada, em que empresas do mundo inteiro competem em todos os mercados, as margens de lucro são cada vez menores. De acordo com o desembargador, qualquer frustração nesses pressupostos, pode acarretar o comprometimento de toda a margem de retorno, levando a perdas e, por vezes, até mesmo à falência das empresas.

“Quando não se instala, na economia, um ambiente de plena segurança jurídica, com a previsibilidade necessária das decisões judiciais, os empresários muitas vezes acabam lançando mão de um recurso econômico, para tentar neutralizar as incertezas. Adotam taxas de riscos maiores na composição dos preços de seus produtos ou serviços. O resultado é inexorável: carestia e inflação”, acrescentou.

Ainda de acordo com o desembargador, a criação de um ambiente de segurança jurídica nas questões de direito empresarial não interessa apenas ao empresário. “É, na verdade, uma medida do interesse de toda a economia e a sociedade brasileira. Nós, brasileiros, certamente consumiremos produtos e serviços a preços cada vez menores, à medida que se inspire, no meio empresarial, a salutar sensação de plena segurança jurídica e de previsibilidade das decisões judiciais”, finalizou.

## **A pleno vapor**

Os julgamentos acontecerão a cada quinze dias, sempre às terças-feiras, a partir das 9h30. O colegiado julgará matérias relacionadas ao Direito Empresarial, dispostas nos artigos 966 a 1.195 do Código Civil, da Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/96),

**CONTINUA**

## **CONTINUAÇÃO CONJUR 17 AGO 2011**

da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76) e questões envolvendo juízo arbitral sobre litígios conexos com a matéria da competência da nova câmara.

A turma julgadora fará grupo com a 3ª e 4ª Câmaras de Direito Privado. Serão distribuídos apenas os recursos apresentados em ações ajuizadas após a instalação da câmara especializada. Os feitos já distribuídos não serão redirecionados, devendo ser julgados pelas câmaras que compõem a subseção um (da 1ª a 10ª Câmara de Direito Privado). Segundo estatísticas, a corte paulista recebeu no ano passado, 2.509 recursos relacionados ao Direito Empresarial, concorrência desleal, Leis das Sociedades Anônimas e propriedade industrial.

A expectativa é de que os julgamentos, que podiam levar um ano, aconteçam em até dois meses. “A criação da Câmara de Direito Empresarial foi um passo importante pela especialidade dos temas de Direito e da necessidade de consolidar a jurisprudência do Tribunal em segmento especialíssimo e importante da atividade econômica do maior Estado da Federação”, afirmou o desembargador Maia da Cunha, presidente da Seção de Direito Privado e autor da proposta de criação da câmara reservada.

## **AVISO:**

Informamos que hoje (18/05), em virtude de um acidente na estrada, a Folha de S. Paulo e o Estado de S. Paulo não chegaram a Curitiba. Amanhã, dia 19/05, esses jornais estarão inseridos no clipping.